MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA
COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

Memória de Reunião

10ª Reunião do Grupo de Trabalho Técnico sobre Salvaguardas

28 e 29 de abril de 2026

HÍBRIDA

Pautas

- Consentimento Livre, Prévio e Informado – CLPI
- Atualização sobre o monitoramento de salvaguardas pelo SISREDD+
- Diferença entre programas estatais, projetos e jurisdicional
- Histórico/Contextualização de CLPI
- Legislação internacional e nacional

Documentos anexos

- Lista de presença consolidada (*neste documento*)
- Apresentações feitas nos painéis e demais documentos de apoio (10ª Reunião)

Bloco 1 – CLPI no contexto do GTT Salvaguardas e conceitos da Lei 15.042/2024

O primeiro bloco da reunião abordou o contexto das salvaguardas de REDD+ no Brasil, destacando a trajetória de construção das salvaguardas nacionais e os avanços recentes trazidos pela Lei 15.042/2024 e pela Resolução CONAREDD+ nº 19/2025. Foram ressaltados princípios relacionados a transparência, participação efetiva, repartição justa de benefícios, proteção dos modos de vida tradicionais e fortalecimento da autonomia territorial de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Também foi reforçado que a CLPI deve seguir os parâmetros da Convenção 169 da OIT, respeitando protocolos comunitários, garantindo informação acessível e assegurando participação qualificada ao longo de todo o processo.

Na sequência, foram debatidas as diferenças entre programas estatais, programas jurisdicionais e projetos privados de carbono florestal, considerando aspectos como escala de atuação, titularidade do carbono, fontes de financiamento,

mecanismos de comercialização e impactos territoriais. O debate também tratou da necessidade de acompanhamento qualificado por órgãos públicos, especialmente em projetos realizados em territórios indígenas e tradicionais, além de preocupações relacionadas à assinatura de contratos sem informação adequada às comunidades e sem acompanhamento institucional. Foram levantadas dúvidas sobre titularidade dos créditos, exclusão de áreas, comercialização de créditos de carbono e mecanismos de controle e governança previstos no âmbito da CONAREDD+.

Ainda neste bloco, foi registrada a entrega de denúncias relacionadas a impactos de projetos de REDD+ em comunidades tradicionais do Tocantins, com encaminhamento para formalização junto à ouvidoria competente.

Bloco 2 – Conceitos

O segundo bloco foi dedicado ao aprofundamento conceitual sobre estruturas de governança, bem como uma diferenciação didática entre os conceitos de consulta, consentimento e consenso no contexto da CLPI nas diferentes escalas de REDD+. Os participantes construíram entendimentos coletivos sobre governança como espaço de decisão coletiva, articulação entre diferentes atores e compartilhamento de responsabilidades, considerando tanto estruturas institucionais quanto formas próprias de organização dos povos e comunidades.

Em relação à consulta, foi reforçado que se trata de um processo contínuo de diálogo, escuta e informação qualificada, devendo respeitar especificidades culturais, territoriais e formas próprias de decisão das comunidades. Também se destacou que a consulta não se resume à simples escuta, exigindo participação efetiva, informação acessível e ausência de coerção.

Os debates sobre consentimento enfatizaram que este representa uma manifestação legítima de concordância da comunidade, construída a partir de informação adequada e respeitando os mecanismos próprios de decisão coletiva. Foi destacado que o consentimento pode ocorrer sem consenso absoluto, desde que respeitados processos legítimos e democraticamente construídos. Já o consenso foi compreendido como convergência coletiva mais ampla, construída por meio do diálogo e negociação entre as partes.

As apresentações técnicas reforçaram que a CLPI deve ser entendida como processo contínuo relacionado ao direito à autodeterminação dos povos, e não como ato isolado. Também foi enfatizada a necessidade de institucionalização de mecanismos de consulta como política pública permanente, com responsabilidades claras do Estado e garantia de recursos adequados para sua implementação.

Bloco 3 – Informes SISREDD+

O terceiro bloco trouxe atualizações sobre o monitoramento dos indicadores de cumprimento de salvaguardas pelo Sistema Nacional de Salvaguardas de REDD+ – SISREDD+. Foi apresentada a estrutura dos 35 indicadores construídos coletivamente em oficina realizada em 2025, bem como o andamento do processo de coleta de dados junto aos estados e instituições parceiras. Também foram apresentados os próximos passos do trabalho, incluindo finalização da mensuração dos indicadores, elaboração de relatórios, ajustes metodológicos, consolidação de fichas técnicas e construção de painel de visualização dos resultados.

Os participantes destacaram a importância de alinhar metodologias entre estados e governo federal, além da necessidade de ampliar processos de capacitação e detalhamento técnico sobre os indicadores e instrumentos de monitoramento.

Bloco 4 – CLPI no contexto internacional e nacional

O quarto bloco concentrou-se na contextualização da Convenção 169 da OIT e nos marcos internacionais relacionados aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Foi destacado que a Convenção possui aplicabilidade direta no Brasil e estabelece obrigações relacionadas à consulta e à participação dos povos em medidas administrativas e legislativas que afetem seus direitos coletivos.

As discussões enfatizaram que a consulta deve ser compreendida como política pública estruturante, exigindo coordenação institucional, planejamento, previsão de recursos e fortalecimento das capacidades administrativas e organizativas dos próprios povos. Também foi reforçado que os governos não devem definir as representações indígenas, mas sim reconhecer os mecanismos próprios de representação e decisão das comunidades.

Durante os debates, representantes de organizações indígenas e quilombolas destacaram preocupações quanto ao descumprimento da consulta em projetos de carbono, à ausência de informação adequada às comunidades e ao aumento de conflitos internos decorrentes da implementação de projetos sem processos efetivos de participação. Também foi debatida a diferença entre programas jurisdicionais e projetos privados, especialmente quanto ao nível de afetação direta nos territórios e às diferentes exigências de consulta e participação.

Bloco 5 – Diálogos sobre momentos, objeto de consulta e informação ao longo do processo

No quinto bloco, os participantes realizaram discussões em grupo para mapear etapas e momentos de diálogo e consulta em programas estatais, programas jurisdicionais e projetos privados de carbono. Nos programas estatais, foram debatidos aspectos relacionados à definição de objetivos, governança, salvaguardas,

monitoramento, repartição de benefícios e mecanismos de participação social e informação ativa.

Nos programas jurisdicionais, os debates abordaram temas como análise de viabilidade, marcos legais, comercialização de créditos, fortalecimento das instâncias de governança, planos de engajamento e consulta, além de divergências quanto ao uso do termo “consulta” e aos níveis de participação comunitária.

Já nos projetos privados, foram discutidas etapas relacionadas à elaboração de projetos, certificação, monitoramento, comercialização de créditos, protocolos de consulta, governança, CLPI e necessidade de assessoria jurídica e técnica independente. Também foram registradas divergências sobre o momento de assinatura dos contratos e a participação da FUNAI nos processos de consulta.

Bloco 6 – Estudos de caso

No sexto bloco, os grupos aprofundaram debates a partir de estudos de caso relacionados a projetos privados, programas estatais e programas jurisdicionais. Entre os principais pontos discutidos estiveram a necessidade de fortalecer a informação e comunicação com as comunidades, garantir presença do Estado nos processos de CLPI e considerar os diferentes níveis de maturidade organizativa e de compreensão dos territórios em relação aos projetos de carbono.

Também foram debatidos desafios relacionados à representatividade de mulheres e jovens, garantia de recursos e condições para participação das comunidades, disseminação das informações dentro dos territórios e compatibilização entre os cronogramas dos financiadores e os tempos próprios das comunidades. Os participantes destacaram ainda preocupações relacionadas à pressão sobre os territórios, baixa efetividade da participação social e conflitos internos decorrentes da repartição de benefícios.

Como lições aprendidas, foram ressaltadas a importância da participação ativa da sociedade civil desde o início dos processos, o fortalecimento das organizações comunitárias e a necessidade de planejamento logístico, financeiro e institucional adequado para implementação de programas jurisdicionais e processos de consulta.

Encaminhamentos

- Necessidade de formação e diálogos ampliados;
- Sistematização dos aprendizados e desafios identificados aqui e, posteriormente apresentar ao GTT alguma proposta de encaminhamento;
- Construção de referências orientadoras para a aplicação da CLPI em diferentes escalas;
- Aprofundamento de temas críticos, como a compatibilização entre o tempo da consulta e os ciclos de implementação de programas e projetos

LISTA DE PRESENÇA - 10ª REUNIÃO DO GTT SALVAGUARDAS

Nome completo	Instituição
Adriana Carvalho	Ministério dos Povos Indígenas - MPI
Alexandre Avelino	MMA
Almir Narayamoga Surui	Associação Metareila do Povo Indígena Surui
Ana Maria Oliveira	Aliança brasil NBS
Andre Carlos Schiessl	Mma
Andréia Reis da Costa	Instituto de Mudanças Climáticas-IMC
Antonio Ibarra	OIT
Beatriz Soares da Silva	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Caio Mota	Ministério da Igualdade Racial
Carla Miranda	Ministério do Meio Ambiente
Carlos Alberto Pinto dos Santos	CNPCT CONFREM BRASIL
Carolina Delgado de Carvalho	Funai
Carolina Gueiros	Geonoma
Caroline Lúcia Costa Moia Chichorro	Abema / Sema MT
Caroline Nectoux Culau	GIZ
Célia Cristina da Silva Pinto	CONAQ
daniela lerda	nia tero
Danilo Carvalho do Nascimento	MAPA
Edilene Amaro Batista Barbosa	CNPCT/ACEVER
Erika Mangili Andre	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA
Felipe Gomes	SEMARH-PI/ABEMA
Francisco Abel Lemos Alves	Funai
Gilson Lopes de Oliveira Curuaia	COIAB
Gustavo Furini	IPAM
Hernán Coronado	OIT
Isabel de Souza Acker	SEMARH TO
Isabel Tostes	EII
Jane Cavalcante Rodrigues	SEMA MA
Jeronimo Roveda	Aliança Brasil NBS
José Quintão	PNUD
Juliana Vasconcellos Baptista	DOceano - MMA
Julie Messias	Aliança brasil nbs
Julio Barbosa de aquino	CNS
Jully Joyce Specht Prado Bayma	Aliança Brasil NBS
Larissa Carolina Loureiro Villarroel	MDIC
Leticia Tura	FASE
Livia Moreno	Institucional Chico Mendes
Luan Moldan Motta	MMA
Lucas Del Bianco Faria	Serviço florestal brasileiro
Lucas Ycard da Costa Duarth Comapa	Kuntari Katu
Luiz Carlos de Araújo Júnior	ABEMA / SEMA-BA
Luiz Carlos de Araújo Júnior	ABEMA - SEMA/BA

Luiz Felipe Miranda Barcellos	Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Luiza Muccillo	Earth Innovation Institute
Maike Sá	MPI
MANOEL EDUARDO ALVES CAMARGO E GOMES	CNS
Márcia Stanton	PNUD
Marciely Ayap Tupari	Coordenação Das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Marcus Vinicius Carvalho Garcia	SNPCT/MMA
Maria Ednalva Ribeiro da Silva	Cnpcts/miqcb
Mariane Nardi	Mma
Marília Oliveira	IPAM
Matheus Antunes Oliveira	Procuradoria do Incra
Matheus Varanda soares	ministério do planejamento e orçamento
Michelle de melo lima	Secretaria de estado de meio clima e sustentabilidade-semas/Pa
Paulo Cesar Wanke	Procuradoria Federal junto a Funai
Paulo Henrique Lopes de Lima	Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra
Pedro Braga	MMA
Poran Potiguara	The Nature Conservancy - TNC Brasil
Rafael Martins Pinheiro	ICMBio
Rafaela Borges	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Raíssa Guerra	PNUD
Raquel Manhuary de Araújo	FUNAI
Raul Zoche	Contag
Regina Cavini	Projeto Floresta +
RENATA Costa	GIZ
Renata Ribeiro de Souza Nobre	SEMAS/PA
Ricardo Cavalcante Barroso	Mma
Rodrigo Ferreira Barros	MPI
Samila Marçal de Souza	Comitê Chico Mendes
Samuel Kaywa Arruda Pereira	SEMADESC
Teresa Moreira	The Nature Conservancy Brasil
Victoria Nicolle Primo Alves	SEMAS-PA
Virginia Talbot	Divisão de Serviços Ambientais - ICMBio
Vitória Beatriz Vieira e Silva	Instituto de Mudanças Climáticas